

1 Ata da 5ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos  
2 Em 02 de agosto de 2011, no horário de 9-17h30, no Hotel Naoum, SHS Quadra 5 Bloco H,  
3 Brasília/DF, em Brasília, DF, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de  
4 Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Participantes:** Ademir Valério Silva  
5 (Manipulação/Anfarmag), Alberto Jorge da Rocha Silva (MMA), Ana Cecília Bezerra Carvalho  
6 (Anvisa), Ana Lúcia Araújo (SEPED/MCT), Anny Margali Maciel Trentini (Indústria/Abifisa),  
7 Celerino Carriconde (Bioma Caatinga/CNMP/PE), Daniella Vasconcelos (MDA), Douglas  
8 Duarte Q. Rego (Indústria/Alanac), Francisca Elizabete Ferreira de Oliveira (Mapa), Ivanildo  
9 Tajra Franzosi (Casa Civil/PR), José Miguel do Nascimento Júnior (MS), Kamila Oazem  
10 (MDIC), Luciana de Oliveira Melo (MI), Luiz Henrique Canto Pereira (MCT), Luís Carlos  
11 Marques (Pesquisa/Uniban), Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (MDA), Luiz Henrique Canto  
12 Pereira (MCT), Márcia de Souza Pontes (MDIC), Maria das Graças Pereira e Silva (Bioma  
13 Mata Atlântica/Rede Fitovida/RJ), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Bioma  
14 Amazônia/GTA/AC), Noemi Margarida Krefta (Bioma Pampa/MMC/RS), Raimundo Taata  
15 Konmannanjy (Povos e Comunidades Tradicionais/Acbantu), Ricardo Tabach (MEC), Rosa  
16 Maria Peres Kornijezuk (Mapa), Teolide Parizotto Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório  
17 Yantên), Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz), Vânia Vieira Cunha Rudge (Agricultura/Lab.  
18 Centroflora). **Ausências justificadas:** Isidoro Salomão (Bioma Pantanal/Rede Pantanal), Carlos  
19 Luiz Milhomem de Abreu (Bioma Pantanal/Fitoplama, Jaqueline Evangelista Dias (Bioma  
20 Cerrado/Articulação Pacari), Solange de Castro (Bioma Cerrado/Agrotec/GO), Suzana Ester  
21 Nascimento Ogava (Serviço de Saúde/CONASEMS), Mary Anne Medeiros Bandeira (Serviço  
22 de Saúde/CONASS), Sérgio Tinoco Panizza (Agricultura/Conbrafito), Maristela Calvário  
23 Pinheiro (MDS), Valéria Rocha Ramos (MDS), Hayne Felipe (Fiocruz), Vanderlan Bolzan  
24 (Pesquisa/UNESP). **Ausências não justificadas:** Alexandro Reis (MinC), Mariana Balen  
25 Fernandes (MinC). **Secretaria Executiva:** Katia Torres e Letícia Mendes Ricardo  
26 (DAF/SCTIE/MS). **Ouvintes:** Daniel Sabará (ONG Fitovida/PA), Daniella Carrara  
27 (DECIIS/MS), Helena Luna Ferreira (DECIIS/MS), Joseane Costa (VPAAPS/Fiocruz), Leonel  
28 Graça Generoso Pereira (ONG Fitovida/RN), Rita de Cassa Ramos (ONG Fitovida/RN),  
29 Roberto F. Vieira (Embrapa/Mapa), Thiago Moraes (SEPED/MCT), Zelita Rocha (SBF/MMA).  
30 **I - Abertura da reunião:** Confirmado o quórum, a reunião foi aberta pelo **Representante**  
31 **Titular do Ministério da Saúde (MS), José Miguel do Nascimento Júnior**, Diretor do DAF,  
32 que deu as boas vindas a todos e pediu para que todos se apresentassem, considerando ser a  
33 primeira reunião do ano, seguiu-se com a saudação do Secretário Carlos Gadelha e sua fala na  
34 perspectiva da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS. Todos os  
35 presentes se apresentaram, pelo nome, setor e instituição que representam. **Raimundo Taata**  
36 **Konmannanjy (Povos e Comunidades Tradicionais/Acbantu)** solicitou mais uma vez que no  
37 prisma e no crachá conste seu nome de ancestralidade - Raimundo Taata Konmannanjy. O  
38 **Secretário Carlos Gadelha** iniciou sua fala lembrando que essa também era a primeira reunião  
39 de gestão do novo governo, por isso fez questão de participar e que inclusive quer ter um  
40 acompanhamento mais intenso e próximo, para emprestar todo o apoio e peso político de  
41 Secretário para esse Programa deslançar. Lembrou que os avanços foram imensos, e disse que  
42 gostaria de dar algumas mensagens de natureza mais política: discussão do PPA, organização do  
43 planejamento governamental e para pensar na realização, no 2º semestre, de algo que tenha uma  
44 potência grande no âmbito do Comitê, envolvendo não somente os representantes, mas os  
45 Secretários responsáveis em todos os Ministérios. Ressaltou o trabalho da Coordenação do  
46 Comitê, de Miguel, Kátia e toda equipe que trabalha de forma próxima e integrada a outros

47 departamentos da área de Ciência e Tecnologia do Ministério. Disse ainda que a nova política  
48 industrial brasileira, a ser lançada na data de hoje, contempla o complexo produtivo da saúde.  
49 Informou-se o grande desafio é mudar a realidade produtiva do país, com esse Programa se  
50 tornando o instrumento de modificação da vida produtiva, particularmente no uso sustentável da  
51 biodiversidade; na institucionalidade do ponto de vista regulatório – destacou aqui o papel e a  
52 importância que a Anvisa tem em todo esse processo; ações nas áreas de educação, ciência e  
53 tecnologia (C&T). Informou que a hora é de ver os arranjos produtivos funcionando,  
54 produzindo em uma escala que dê maior visibilidade e impacto político, dando um salto  
55 concreto na inovação, de provar que o Programa alinha com os setores econômico, social e  
56 ambiental. Disse que era comprometido com toda essa visão da C&T, da inovação da política de  
57 saúde; anteriormente como Vice-Presidente da Fiocruz, trabalhava e participava do grupo  
58 executivo do complexo da saúde; ajudou na formulação da Política de C&T; quando estava no  
59 Ministério da Integração, era do Comitê que criou a Política Nacional de Plantas Medicinais e  
60 Fitoterápicos. Acrescentou que o que critica do passado, faz auto-crítica também e que é preciso  
61 falar do passado para falar do futuro, tendo esse desprendimento, para avançar muito mais em  
62 relação ao que foi realizado. Seguiu com sua apresentação (anexo 1). Ao final, disse ter um  
63 padrão de gestão, com muita margem para a troca de idéias, delegação de funções e prioridades.  
64 Que as dimensões do desenvolvimento estão todas nessa área, e ainda a equidade, a  
65 sustentabilidade ambiental, a inovação regional. E que tudo que depender do nosso esforço para  
66 priorização da nossa capacidade de convocação de nossos Ministérios, será realizado para  
67 podermos avançar. Em seguida abriu a palavra aos presentes, para ouvir suas colocações.  
68 **Celerino Carriconde (Bioma Caatinga/CNMP/PE)** se apresentou como médico,  
69 pernambucano, e considerando que o problema no nordeste é a IRA (Infecção respiratória  
70 aguda), questionou o porquê de não agregar valor aos produtos locais, com geração de renda  
71 também para o país. Citou o caso do abacaxi e do mamão exportados para a Europa e a  
72 bromelina e a papaína importadas da Suíça; e o caso do guaco da região sul, sendo que existe o  
73 chambá, um broncodilatador excelente. **Zelita Rocha** se apresentou como representante da  
74 ONG Fitovida e consultora do Meio Ambiente e citou o exemplo do Uumbu da região nordeste,  
75 que é fonte de vitamina C, com ação preventiva, estimulante do sistema imunológico e que pode  
76 ser usado nas crises de IRA. E outro fruto – a acerola, que poderia ser usado, liofilizado, na  
77 alimentação, na merenda escolar, no PSF. **Vânia Rudge (Agricultura/Lab. Centroflora)** disse  
78 que soa como música a fala do Dr. Carlos Gadelha e ouvir que o poder de compra do Estado  
79 está junto com o complexo industrial da saúde (CIS). Porém, quando falamos de fitoterápicos,  
80 da biodiversidade, temos uma legislação que atrapalha o desenvolvimento de novos produtos;  
81 precisamos de uma legislação mais pró-ativa, mais propositiva, para que tenhamos novos  
82 produtos a partir da biodiversidade. O avanço que a Anvisa teve na área de fitoterápicos é  
83 fantástico, mas precisamos do mesmo avanço na área de biodiversidade. **Ivanildo Franzosi**  
84 **(Casa Civil/PR)** lembrou que também fez parte, com o Secretário, do primeiro comitê e que  
85 agora está na hora da transformação, usando toda a base que já se tem. E que tem que haver  
86 consciência desse caminho aberto para o Programa, do desafio proposto pelo Secretário, desse  
87 trabalho que será interessante, com a primeira reunião do ano, novo Secretário, novo Ministro,  
88 novo Governo. **Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên)** disse que o  
89 Laboratório comemorou 21 anos não de existência, mas de resistência e que trouxe algumas  
90 reinvidicações da Agricultura Familiar, diante do lançamento do Plano Safra. Parabenizou as  
91 colocações do Secretário e disse esperar que fiquemos um passo a frente, porque temos base e  
92 conhecimento, sabemos por onde ir, mas de fato há entraves para serem derrubados. **Ann**

93 **Trentini (Indústria/Abifisa)** cumprimentou a Secretaria Executiva e o DAF pelo trabalho.  
94 Disse que foi apresentada uma série de questões e requisições pelos diversos atores que se  
95 reuniram durante o Workshop promovido pela Abifisa, em junho, e muito do que foi colocado  
96 no relatório da Abifisa, está contemplado nas proposições para 2012-2015, o que deixa o setor  
97 muito animado. E que efetivamente partiremos para a prática e para os resultados que todos nós  
98 esperamos. **Joseane Costa (VPAAPS/Fiocruz)** ponderou que os gargalos são muitas questões  
99 isoladas e como matriciar isso e estabelecer uma metodologia que contemple essas demandas de  
100 todos os presentes e que a Fiocruz está tentando trabalhar o conceito de tecnologia social, na  
101 ótica dos arranjos produtivos locais (APLs), uma estratégia inovadora nesta perspectiva. O  
102 **Secretário Carlos Gadelha** retomou a fala, argüindo como apropriamos localmente o valor que  
103 é gerado no próprio local e como ter uma dimensão da apropriação local, da mesma forma que  
104 determinados produtos têm de ser trabalhados na lógica do mercado nacional e internacional.  
105 Deu como exemplo o Programa Bolsa Família que gera PIB naquele lugar. Ainda falou sobre  
106 os municípios, as microrregiões, suas integrações com a área da saúde. Sobre a resistência  
107 referida pela Teolide, disse que pressionar é articular a sociedade para pressionar o governo no  
108 âmbito federativo, e que ele pode ser pressionado, mas a escala em que precisamos trabalhar é  
109 no âmbito de todos os Ministérios e Secretários, porque a governabilidade que temos é restrita.  
110 Sobre a área de tecnologia social, pensa que está embutida na inovação. O foco é a  
111 transformação produtiva e o que precisamos é capacitação, tecnologia social, regulamentação....,  
112 a rede de alianças que temos com o MMA, MDIC, Anvisa, MDA.... e fundamento estratégico.  
113 É hora de avançar e é possível gerar emprego/renda e desenvolvimento. Disse ainda, que  
114 podemos pegar os cinco arranjos, cada um com ação de abrangência maior, com o suporte de  
115 diversos outros parceiros na estruturação da ação para que possamos ampliar o escopo, desde  
116 que não implique na fragmentação das nossas ações. Finalizou sua fala pedindo para Miguel e  
117 Katia o pautarem antes das reuniões, para sempre que possível poder participar, ver a estrutura,  
118 os resultados, ouvir as críticas para ver o que está se tentando e não se consegue fazer, ver o que  
119 pode dar certo e desejou a todos um bom trabalho. **Luiz Henrique Canto Pereira (MCT)** ainda  
120 perguntou ao Secretário se no Brasil há uma política nacional de pesquisa como em Cuba ou se  
121 as pesquisas são mais aleatórias, dependendo da influência do pesquisador no CNPq, enfim  
122 como é realizado esse processo? **O Secretário Carlos Gadelha** respondeu que essa é uma  
123 crítica geral, e que o Ministério apresentou ao CNPq uma agenda de pesquisa e espera que a  
124 pesquisa seja mais focada, mais induzida para poder avançar. **Teolide Turcatel (Agricultura**  
125 **Familiar/Laboratório Yantên)** solicitou o registro em ata de que entregou para o Secretário o  
126 documento com as reivindicações da Agricultura Familiar. **II - Instalação dos trabalhos pela**  
127 **Secretaria Executiva:** Dando prosseguimento a reunião, **José Miguel do Nascimento Júnior**  
128 **(MS)** perguntou aos membros se havia alguma alteração de pauta. **Alberto Jorge da Rocha**  
129 **Silva (MMA)** sugeriu a apresentação da proposta da Oficina de Uso Tradicional e Popular, para  
130 ver como poderia ser encaminhada no âmbito do Comitê. Foi decidido que esse assunto seria  
131 tratado à tarde, antes da apresentação da Regulamentação de Uso Tradicional. **José Miguel do**  
132 **Nascimento Júnior (MS)** perguntou aos presentes se havia alguma correção a fazer na ata da  
133 reunião passada. Foram incluídas as correções da Ana Cecília (Anvisa) e a ata foi aprovada. **III**  
134 **- Informes gerais Secretaria Executiva:** Sobre o PPA, **José Miguel do Nascimento Júnior**  
135 **(MS)** explicou que nesse início de governo do Ministro Alexandre Padilha, foram realizadas  
136 várias oficinas para fazer o alinhamento estratégico do MS, e dentro do contexto da assistência  
137 farmacêutica foi colocada a necessidade de criação orçamentária para dar suporte às ações do  
138 Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, o que foi em recebido pela

139 administração superior do MS e pelo grupo de trabalho que coordenava o planejamento  
140 estratégico. Explicou ainda a questão do orçamento do MS, da SCTIE e das pesquisas. Foi  
141 apresentado um Power point sobre a ação no PPA (anexo 2). José Miguel continuou, dizendo  
142 que o compromisso do DAF é fazer a melhor aplicação do recurso do PPA; precisa haver uma  
143 ligação com o Grupo Técnico Interministerial (GTI) e que precisa submeter ao Comitê, para ser  
144 transparente, para que não paire dúvidas. Que fizemos no ano passado um investimento de R\$  
145 1,5 milhão, apoiando projetos municipais, fizemos oficina para capacitar os municípios na  
146 elaboração desses projetos. José Miguel perguntou se nos outros Ministérios existe uma ação  
147 orçamentária para o Programa. **Alberto Jorge da Rocha Silva (MMA)** perguntou se em relação  
148 a capacitação dos profissionais de saúde está sendo feita alguma articulação com a SGTES. **José**  
149 **Miguel do Nascimento Júnior (MS)** explicou que o conteúdo programático, da capacitação em  
150 questão, tem módulo de plantas medicinais e fitoterápicos, e esse curso foi totalmente  
151 financiado pela SGTES – foram 12 milhões de reais. E que a capacitação de gestores foi feita  
152 com recurso do próprio DAF. **Alberto Jorge da Rocha Silva (MMA)** disse que é importante  
153 incluir na agenda de capacitação e formação, os preceptores que estarão na ponta. Sobre o PPA  
154 disse que o MMA participou da discussão no ano passado, na tentativa de se fazer um programa  
155 específico. Para esse ano foi definido um programa de biodiversidade, salvo engano é o 1280,  
156 com questões da agro e da biodiversidade, com uma série de ações, também relacionadas a  
157 arranjos produtivos, com discussão entre diversos parceiros como MDA, MAPA, CONAB e  
158 MDIC. O MMA tem negociações internas para que se trabalhe em sua agenda o APL. Em  
159 específico ao Programa, sugeriram ao Secretário Bráulio a implantação e elaboração do marco  
160 regulatório voltado para o uso terapêutico da biodiversidade - uso tradicional e popular. A ação,  
161 a iniciativa e a meta foram aprovadas pelo Planejamento. Isso foi conversado com Norberto e  
162 Carlos, porque isto não quer dizer que o MMA irá coordenar a iniciativa, mas querem  
163 aprofundar a discussão com vários parceiros. Nesse ano, no âmbito do MMA e do PROBIO será  
164 começado esse trabalho de fazer levantamento dessas experiências no nível internacional, de  
165 seus resultados, de como os marcos regulatórios funcionam na realidade, para avaliar como  
166 podemos avançar com isso. **Rosa Maria Peres Kornijezuk (Mapa)** explicou que ficaram sem  
167 Diretor e que já pediu ao Secretário Carlos que fizesse um contato direto com o Secretário do  
168 Mapa. Que as ações das plantas medicinais estão dentro da Produção Integrada, porque não  
169 estão conseguindo ação direta para plantas medicinais. Que fizeram uma Nota Técnica que foi  
170 disponibilizada para todos. Pela Produção Integrada estão trabalhando na criação de um grupo  
171 interdisciplinar, que fará a revisão das Boas Práticas por espécie. A segunda opção é pelos  
172 Orgânicos, que é optativo. O Mapa já tem material de plantas, estudado em 5 municípios e serão  
173 elaboradas cartilhas para capacitação. Estão apoiando 5 projetos, por convênio: dois em São  
174 Paulo com produção integrada junto à Unicamp e ainda dois da Embrapa (com o Roberto) sobre  
175 aspectos agrônômicos e manejo de espécies prioritárias para o Sistema de Saúde; e o de  
176 fortalecimento da cadeia produtiva do Paraná, pela EMATER. O Mapa ainda não tem uma ação  
177 direta para plantas medicinais no PPA. **Luiz Henrique Canto Pereira (MCT)** explicou que o  
178 MCT propôs ação para o PPA, que teve bom seguimento internamente, mas no Planejamento  
179 não foi aprovado, não entrou no sistema. Não houve como defender a ação, apesar de haver  
180 acordo do TCU em relação aos hospitais universitários federais e essa ação seria para pesquisa  
181 clínica, no âmbito dos hospitais de ensino federais. A idéia era alocar recursos para estudos,  
182 eventualmente fase 3; muito provavelmente fase 1 ou 2. Com relação a plantas medicinais e  
183 fitoterápicos, está previsto no planejamento estratégico, o novo PACTI, que é estratégia  
184 nacional de C&T e Inovação e que terá um novo nome. Ainda está prevista uma atividade

185 temática para lançar editais para plantas medicinais e fitoterápicos, para o período de 2011 –  
186 2014. E dependendo do corte, há outras possibilidades de abordar a questão do marco  
187 regulatório para a saúde, em especial a questão do acesso, da repartição de benefícios. Estão  
188 trabalhando com essa ação de PPA e com uma ação não orçamentária, pelo menos para 2012.  
189 **Daniella Vasconcelos (MDA)** apresentou o novo titular do MDA que falou sobre o PPA, de  
190 alguns projetos apoiados que estão em andamento e de uma possível chamada pública para  
191 outros projetos. **Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (MDA)** começou dizendo que o MDA tem  
192 uma ação orçamentária no escopo de agro e sociobiodiversidade, não específica para plantas  
193 medicinais e fitoterápicos. Explicou que também abordaram a temática dentro da lógica da  
194 produção de base ecológica e orgânica. Fizeram um objetivo específico dentro do Programa de  
195 Agricultura Familiar, que aborda a produção de base ecológica e como esse tema de plantas  
196 medicinais e fitoterápicos está na lógica dessa produção de base ecológica, também tem  
197 possibilidade do uso de recursos da nova ação orçamentária que foi proposta e aceita.  
198 Continuam dentro da ação existente de agregação de valor, em que plantas medicinais e  
199 fitoterápicos é um dos temas. Almejam avançar no desenvolvimento de um mercado  
200 institucional, aproveitando a experiência da Política Nacional de Alimentação Escolar e do  
201 Programa de Aquisição de Alimentos. Por meio do Departamento de Assistência Técnica e  
202 Extensão Rural, tem possibilidade de lançar, não por convênios, mas sim por chamadas públicas  
203 e pagamento por serviços realizados, chamadas específicas para a produção de plantas  
204 medicinais e fitoterápicos. **Ricardo Tabach (MEC)** relatou a iniciativa da UNIFESP Diadema  
205 tentando implantar um programa de pós-graduação em plantas medicinais e fitoterápicos, por  
206 meio de bolsa sênior do Prof. Carlini, com duas linhas de pesquisa – clínica e do uso tradicional  
207 de fitoterápicos, aberto aos profissionais de saúde. É uma iniciativa isolada, não vinculada ao  
208 PPA. A intenção é submeter, apesar de toda burocracia, até ao final do ano, junto à CAPES.  
209 **Luiz Henrique Canto Pereira (MCT)** fez uma sugestão para a Secretaria Executiva, com  
210 relação aos prescritores: colocar esse tema na agenda da Comissão Intersetorial de Recursos  
211 Humanos, do Conselho Nacional de Saúde; para o assunto transbordar junto as várias entidades  
212 representadas nesta Comissão. Sobre o tema Pesquisa Nacional sobre o Uso Tradicional, **Katia**  
213 **Torres (Secretaria Executiva/DAF/SCTIE/MS)** mostrou ao Comitê a minuta do Termo de  
214 Referência que está sendo trabalhado junto a Articulação Pacari, com contribuições de técnicos  
215 da Finep e do PNUD (anexo 3). Colocou como informe, para o Comitê saber que está andando,  
216 porque ainda não está pronto e ainda será discutido no GT Uso Tradicional. Outro informe foi  
217 sobre a publicação de um Working Paper, do PNUD - Programa das Nações Unidas para o  
218 Desenvolvimento, cujo link/arquivo será disponibilizado ao Comitê (anexo 4), após a correção  
219 da versão em português. O documento aborda biodiversidade, conhecimentos tradicionais,  
220 saúde e subsistência para a inclusão produtiva de comunidades locais e um estudo de caso no  
221 Brasil. **Vânia Rudge (Agricultura/Lab. Centroflora)**, referindo-se ao documento da Pesquisa  
222 Nacional sobre o Uso Tradicional sugeriu a inclusão de uma linha falando sobre a questão  
223 regulatória, das regras estabelecidas pela Anvisa para a utilização desse conhecimento  
224 tradicional, nas práticas do SUS, para conhecer o que falta de pesquisa e isso poderia ser  
225 demandado pelo MS para novas pesquisas. Antes de entrar na Ordem do Dia, **José Miguel do**  
226 **Nascimento Júnior (MS)** deu a palavra para **Teolide Turcatel (Agricultura**  
227 **Familiar/Laboratório Yantên)** fazer o informe sobre o documento da Agricultura Familiar:  
228 Ela explicou que dentro do GT Uso Tradicional, alguns interessados no tema, elaboraram um  
229 conceito do Uso Tradicional, mas depois não houve possibilidade de realizar outra reunião do  
230 GTI, por problemas de emissão de passagens, e a reunião do Comitê em março foi cancelada.

231 Katia avisou que poderiam trazer para essa reunião, proposta com diretrizes, do que é possível  
232 para a agroindústria trabalhar. Foi lido parte do documento com a contextualização da proposta  
233 de marco regulatório e diretrizes para a Agricultura Familiar (anexo 5). Sobre esse documento  
234 foi dado o seguinte encaminhamento: i) o Comitê recebe cópias e avalia para validar o  
235 documento; ii) é definida uma agenda com o MDA, com acompanhamento dos proponentes e da  
236 Secretaria Executiva, para fazer esclarecimentos de alguns pontos e dar encaminhamentos para  
237 outros, conforme sugerido pelo representante do MDA; iii) da mesma forma são definidas  
238 outras agendas com os outros Ministérios envolvidos. Sobre o documento apresentado pela  
239 Rede Fitovida/RJ na 4ª reunião do Comitê, será adotada a mesma estratégia. **IV - Ordem do**  
240 **dia:** Sobre os resultados da reunião do Grupo Técnico Interministerial (GTI) **Katia Torres**  
241 **(SE/DAF/SCTIE/MS)** explicou que o GTI se reuniu em junho e no dia anterior à reunião. Nem  
242 todos os Ministérios participaram, mas deram início a um plano de trabalho para 2011-2012  
243 (anexo 6), considerando três frentes: marco regulatório, mercado institucional e apoio aos APLs,  
244 na lógica dos eixos dos programas. Assim, o objetivo é trabalhar com os APLs de forma  
245 articulada com os Ministérios envolvidos no PNPMF. Assim que o plano estiver mais robusto  
246 será levado ao Comitê novamente. **José Miguel do Nascimento Júnior (MS)** esclareceu que o  
247 Ministro Padilha conversou com a SCTIE, o DAF, para visitar o programa, dar uma  
248 oxigenada, porque são muitas ações e já se passaram dois anos, com sucesso em algumas  
249 questões e em outras não foi possível avançar como gostaríamos. O que está apresentado é um  
250 esforço do GTI de ver um conjunto de ações, daquelas visualizadas como necessárias para que  
251 sejam reforçadas e priorizadas. É um novo contexto, novos ministros, secretários, diretores,  
252 coordenadores, mas não conseguimos mobilizar os Ministérios para essas demandas; talvez o  
253 problema seja priorização de outras áreas. A sociedade organizada pode mobilizar, porque é  
254 preciso avançar, animar de novo, continuar trabalhando. Salientou que poder visitar, reavaliar  
255 o Programa, casado ao momento do PPA e de um novo governo, é um momento muito rico.  
256 Para não ficar rodando em círculos e apenas apresentando planilhas, temos que apresentar  
257 resultados. **Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz)** manifestou a necessidade de que algumas  
258 ações estratégicas sejam definidas, quatro ou seis diretrizes seriam definidas no Comitê e o  
259 papel dos Ministérios, para que não haja desperdício de esforços e duplicidade de ações. **Luiz**  
260 **Henrique Canto Pereira (MCT)** chamou a atenção para a questão do marco regulatório, do  
261 acesso ao patrimônio e repartição dos benefícios. Seria uma lição para todas as pastas  
262 envolvidas, um processo, podendo catalizar outros esforços que são realizados em diferentes  
263 fóruns. Esses assuntos poderiam ser abordados no plano de trabalho do marco regulatório, para  
264 começar a discussão aqui na comissão, para avançar e não necessariamente propor um projeto  
265 de lei. **Luiz Carlos Rebelatto dos Santos (MDA)** citou como exemplo, para o grupo avaliar a  
266 sugestão, o Plano Nacional da Sociodiversidade, interministerial, onde foi elaborada uma matriz  
267 de monitoramento em que aparece o *status* de cumprimento de determinada ação ou meta, para  
268 ver a situação no horizonte temporal. Aquela ação ou meta que é identificada como paralisada,  
269 recebe um tratamento pela coordenação, para ver se haverá atuação intermediária. Isso tem  
270 funcionado bem nesse Plano e ajudaria o Comitê a tomar algumas medidas preliminares.  
271 **Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz)** sugeriu ao Comitê definir uma meta mobilizadora; uma  
272 delas seria colocar medicamentos fitoterápicos no Programa Farmácia Popular. Seria um  
273 resultado e um objetivo trabalhados a partir de uma lógica de implementação. Primeiro porque a  
274 Política Nacional é política de Estado e que o governo executa programas muito essenciais.  
275 Segundo porque o Farmácia Popular é o programa melhor avaliado pelo governo, depois do  
276 Bolsa Família. Olhar a cadeia como um todo quando falamos de colocar medicamento no

277 Farmácia Popular, concretiza um pouco as ações para chegar às metas. Outro programa de  
278 governo que está sendo lançado pela Presidente Dilma com muita ênfase, é o Brasil Sem  
279 Miséria. Trabalhar uma lógica de mercado, por dentro da lógica de produção, sempre na linha  
280 de redução das desigualdades e iniquidades. Associar o PNPMF ao Brasil Sem Miséria é falar  
281 de 16 milhões de pessoas, em regiões brasileiras que têm muita produção, do Bioma Amazônia  
282 e Caatinga, onde está concentrada grande população a ser focada pelo Programa; é ver também  
283 o arranjo local que busca geração de renda e trabalho e redução das desigualdades. **Vânia**  
284 **Rudge (Agricultura/Lab. Centroflora)** solicitou que os documentos a serem discutidos no  
285 Comitê, sejam enviados com maior antecedência, para avaliar melhor o que será discutido na  
286 reunião. **José Miguel do Nascimento Júnior (MS)** argumentou que se o Comitê tem diretrizes  
287 para a agricultura familiar, para o uso tradicional, não é uma questão de só colocar as metas no  
288 Plano 2011-2012 e que não depende somente da Secretaria Executiva. E aqui fez uma chamada  
289 para o GTI, dizendo que o Comitê será mais ou menos produtivo, de acordo com o tipo de  
290 organização que o GTI terá. Vamos articular? Vai acontecer? Sugeriu uma reunião rápida do  
291 GTI para dar foco, processar demandas, definir planejamento, responsabilidades e metas. **Anny**  
292 **Trentini (Indústria/Abifisa)** comentou que a indústria e os participantes do Workshop da  
293 Abifisa veem com bons olhos a inclusão de fitoterápicos no Farmácia Popular, para facilitar o  
294 acesso aos fitoterápicos e estimular a cadeia de uma forma reversa. **José Miguel do**  
295 **Nascimento Júnior (MS)** sugeriu entrar em contato com o gestor do ECAR, que é o sistema  
296 utilizado pelo MS para acompanhar ações do PPA, do Farmácia Popular, para ver se seria  
297 possível cada um dos membros do Comitê ter *login* e senha, para acompanhar a qualquer  
298 momento as ações do GTI, de forma transparente. Após o almoço, a reunião retornou com a  
299 apresentação da “Regulamentação Internacional sobre Uso Tradicional” pela **Ana Cecília**  
300 **Carvalho (COFID/Anvisa)** (anexo 7). **Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz)** assumiu a  
301 coordenação da reunião, no período da tarde, pela necessidade de ausência do José Miguel e  
302 abriu para discussão do tema. As colocações e as dúvidas foram comentadas e esclarecidas pela  
303 Ana Cecília, entre elas: **Anny Trentini (Indústria/Abifisa)** disse que nos últimos 10 - 11 anos  
304 de regulamentação não houve um avanço porque a Anvisa tentou enquadrar todos os conceitos  
305 do medicamento sintético no conceito de tradicional. As empresas tentaram usar o caminho do  
306 tradicional, mas esbarraram em métodos, sistemas, formas de apresentação dos documentos. Na  
307 Europa é levado muito a sério os pareceres dos especialistas e que as empresas, a cada 5 anos,  
308 buscam universidades para refazerem seus pareceres técnicos do uso tradicional. Aqui no Brasil  
309 a Anvisa não reconhece isto. Outro ponto é o controle de qualidade que exige método de  
310 validação e equipamentos sofisticados. Anny ressalta que hoje existe um grande limbo em  
311 produtos que não são medicamentos, alimentos e nem cosméticos e vê com alegria a criação,  
312 pela Anvisa, de uma Comissão para discutir este assunto. Anny lembrou que a Abifisa está há 8  
313 anos com um PL no Congresso Nacional, mas que não avança em função das mudanças  
314 políticas e dos interesses dos deputados. A própria Abifisa não tem trabalhado e colocado tantos  
315 esforços devido ao desinteresse dos deputados. **Ana Cecília Carvalho (COFID/Anvisa)**  
316 explicou que a grande dificuldade é a falta de dados do uso tradicional. Existem livros dizendo  
317 que determinada planta foi utilizada em determinado tempo, mas não se sabe quantas pessoas  
318 foram tratadas, se ficaram bem ou se tiveram efeitos colaterais, qual a posologia, a padronização  
319 do extrato utilizado. Ana Cecília alertou que uma alternativa seria não colocar indicação  
320 terapêutica nos produtos e que isso não significa não atender os regulamentos da Anvisa.  
321 Qualquer produto com indicação terapêutica, no país, é medicamento. A venda de medicamento  
322 não registrado está prevista no Código Civil e é considerada crime inafiançável por 15 anos.

323 Não seria preciso detalhar o que é produto de uso tradicional, mas ele não poderia ser  
324 enquadrado no Código Civil. E em relação ao controle de qualidade e as boas práticas de  
325 fabricação, tudo tem que ser registrado, documentado. **Ademir Valério Silva**  
326 **(Manipulação/Anfarmag)** propôs que esse assunto seja um projeto de governo, encaminhado  
327 pela Casa Civil e não pela via legislativa. **Ana Cecília Carvalho (COFID/Anvisa)** disse que é  
328 preciso envolver a assessoria jurídica da Casa Civil, para se certificar se é necessário um projeto  
329 de lei ou se é suficiente, para criar nova categoria, os regulamentos existentes. Como exemplo, o  
330 Canadá que não criou um projeto de lei e sim uma categoria de produto tradicional para a saúde,  
331 dentro da categoria de medicamentos. **Alberto Jorge da Rocha Silva (MMA)** fez a seguinte  
332 colocação: o MMA sempre tem a preocupação com a questão da biodiversidade, da agro e da  
333 sociodiversidade, no contexto do uso tradicional e popular, porque remetem a saberes e práticas.  
334 No entanto, a apresentação da Ana Cecília trata de medicamento e o PNPMF não trata de  
335 medicamentos e por isso não devemos discuti-los. Estamos tratando de saberes e práticas, não  
336 de um produto específico, embora exista a questão da saúde e do bem-estar do ser humano.  
337 Entendemos que é preciso uma lei para o uso tradicional e popular, onde o enfoque é o conceito  
338 e não o detalhamento que será dado posteriormente pelas regulamentações. Em seguida, Alberto  
339 explicou a metodologia da Oficina sobre Uso Tradicional. **Raimundo Taata Konmannanjy**  
340 **(Povos e Comunidades Tradicionais/Acbantu)** lembrou que o povo não tem médico, não tem  
341 dinheiro para comprar remédio e hospital nunca tem vaga. E perguntou: se forem esperar esse  
342 conceito, quantos morrerão na comunidade? Disse que seria bom convidar os povos indígenas  
343 para estarem no Comitê debatendo essas coisas. Que temos que saber não o conceito da Europa  
344 e sim o que é o “nosso” tradicional. **Ana Cecília Carvalho (COFID/Anvisa)** explicou que  
345 havia ocorrido uma pequena confusão. Ela apresentou as normas de registro, de produtos  
346 industrializados de determinada indústria farmacêutica que vende para todo o país e que não são  
347 normas de uso tradicional para uma comunidade. Que não existe e não existirá norma para  
348 regular o uso de um fitoterápico em comunidade. Só é preciso ter registro, se for industrializar e  
349 comercializar em farmácias, tendo que seguir as normas da RDC 14 e da RDC 10. Para o  
350 produto de uso tradicional é preciso de um documento dizendo que não se trata de um  
351 medicamento fitoterápico, conforme designado por lei e pelo Código Penal. O que é preciso é  
352 um modelo de documentação para anotar as informações relacionadas ao paciente. Qualquer  
353 pessoa, qualquer Ministério pode fazer contribuições às normas da Anvisa, mas tem que ser no  
354 período de consulta pública, conforme determinado em lei. Outro problema no Brasil, é que se  
355 reclama das normas, mas não se propõe nenhuma alternativa. Ana Cecília solicitou sua inclusão  
356 no GT Uso Tradicional. Dando continuidade a reunião, **Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz)**  
357 sugeriu definir um grupo mínimo para poder discutir a reunião da Oficina de Uso Tradicional.  
358 Para **Alberto Jorge da Rocha Silva (MMA)** devemos aprofundar o diálogo dos saberes da  
359 pesquisa, com o conhecimento tradicional, regularização e valorização do conhecimento. **Katia**  
360 **Torres (SE/DAF/SCTIE/MS)** alertou que temos pelo menos 3 situações diferentes: i)  
361 medicamento fitoterápico que pode ser industrializado ou manipulado e que será  
362 comercializado; ii) produtos que as comunidades utilizam para seu consumo próprio ou que  
363 comercializam e iii) produto da agroindústria. Que é preciso identificar como cada um dos casos  
364 será regulamentado e que não podemos confundir as situações. **Alberto Jorge da Rocha Silva**  
365 **(MMA)** lembrou que a proposta da Oficina é fazer uma ampla e profunda discussão sobre  
366 assunto, além do âmbito do GT Uso Tradicional e do próprio Comitê. **Valcler Rangel**  
367 **Fernandes (Fiocruz)** sugeriu que a Oficina fosse publicizada na Conferência Nacional de  
368 Saúde. **Katia Torres (SE/DAF/SCTIE/MS)** sugeriu a semana de 20 de outubro para a

369 realização da Oficina. **Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz)** indicou o Alberto para ficar  
370 responsável pela organização da Oficina, que será em outubro, em 3 dias. O GT Uso Tradicional  
371 deverá trabalhar na formatação da proposta, que será encaminhada para o Comitê contribuir,  
372 dentro de determinado prazo. E a Secretaria Executiva, com os outros Ministérios, organizarão  
373 a proposição da Oficina. Também propôs que o Comitê provocasse a Anvisa no sentido que  
374 esse assunto pudesse ser tratado de modo diferenciado pelas Vigilâncias estaduais. Após  
375 algumas intervenções pró e contra a proposta, considerando se seria atribuição ou não desse  
376 Comitê esse tipo de proposição, não houve consenso e não houve deliberação, para que a  
377 proposta seja amadurecida. Dando continuidade à reunião, **Katia Torres**  
378 **(SE/DAF/SCTIE/MS)** explicou como foi realizado o levantamento dos projetos de lei em  
379 tramitação na Câmara dos Deputados (anexo 8). Em seguida, o Comitê recebeu a Secretária  
380 Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), **Eliana Fontes** que  
381 explicou que o Dr. Braúlio Dias, Presidente do CGEN, não pôde estar presente. Ele pediu a ela  
382 que transmitisse as palavras dele, de estar muito agradecido com a oportunidade de estar  
383 presente num local de tamanha importância para a política de acesso a recursos genéticos no  
384 país. E continuou: estamos vivendo a experiência da dificuldade de aplicar a legislação de  
385 acesso ao patrimônio genético (APG) e do conhecimento tradicional associado (CTA). Essa  
386 Política tem como objetivos promover o desenvolvimento tecnológico do país nessa área e  
387 promover a repartição de benefícios, principalmente para as comunidades detentoras desse  
388 conhecimento. A Medida Provisória (MP) 2.186/2001 foi reeditada várias vezes e quando a  
389 Ministra assumiu, uma de suas bandeiras era melhorar esse ambiente da legislação e promover  
390 um diálogo com os setores interessados – setor produtivo – empresas de medicamentos,  
391 cosméticos, alimentos, de melhoramento genético; comunidades indígenas e quilombolas;  
392 pequenos agricultores. Os procedimentos do CGEN estão sendo aprimorados, para tornar o  
393 sistema mais ágil. As normas estão sendo revistas, para que o usuário possa entender melhor a  
394 legislação. Nosso ambiente de trabalho precisa ser informatizado, com mais pessoas, e com  
395 maior comunicação com o público. A MP foi emitida num momento político difícil; havia  
396 discussão desde a Convenção de Diversidade Biológica (CDB) que teve origem na Rio 92. A  
397 CDB delega aos países seus direitos sobre seus recursos genéticos, porque todos os recursos  
398 biológicos de um país são patrimônio da União. Ela também tem por objetivo a repartição de  
399 benefício para uso do recurso e para que o retorno seja incentivo à conservação da diversidade  
400 biológica. O recurso decorrente da repartição de benefícios com a União é depositado em  
401 Fundos do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e Naval. Parte deste recurso pode ser  
402 revertido ao provedor, como recurso monetário ou de outras formas, como transferência de  
403 tecnologia e capacitação. A MP surgiu num momento de urgência, de muita repercussão  
404 nacional e internacional, devido à evasão de recursos da Amazônia para uma empresa  
405 multinacional. Algumas deliberações da MP, atualmente, são consideradas inacreditáveis, como  
406 a sanção de 20% do faturamento bruto, além das multas, para aquelas empresas ou instituições  
407 que fizerem uso do recurso genético sem autorização do CGEN. Esse artigo da MP nunca foi  
408 aplicado porque não há clareza de quem irá cobrar e para onde serão destinados esses recursos.  
409 Recentemente o MMA promoveu um seminário onde trouxeram aqui outros países que têm  
410 legislação para recursos genéticos, para troca de experiências das dificuldades, de como fazer,  
411 para melhorar a nossa estrutura legal. Existe a possibilidade de buscar caminhos mais curtos,  
412 como a edição de outra MP ou de um PL urgente, por meio da negociação com outros setores do  
413 governo que têm interface com essa legislação. Enquanto a edição de outra lei não acontece,  
414 estaremos trabalhando na estrutura infralegal - normas, resoluções, e orientações técnicas, que

415 também têm dificuldades de serem aplicadas e interpretadas. Será construída uma plataforma  
416 informatizada que tenha interface com outros setores do governo que cuidam da legislação  
417 ambiental. O CGEN é um órgão multigovernamental, multissetorial, que se reúne uma vez por  
418 mês e com isso, tudo que depende de decisão do CGEN tem que esperar uma reunião, ou uma  
419 próxima. A MP permite credenciar outras instituições. O IBAMA e o CNPq podem autorizar  
420 pesquisa. O sistema deles é muito rápido, totalmente informatizado. Foi aprovada a ampliação  
421 do escopo do CNPq para o desenvolvimento tecnológico e bioprospecção. Há na MP um artigo  
422 sobre necessidade de regularização junto ao CGEN para quem acessou o patrimônio genético de  
423 2000 até agora. A MP não tinha mecanismo para isso, mecanismos claros. Nesse sentido, houve  
424 um caso particular, em que uma exportadora brasileira foi pega exportando toneladas de uma  
425 casca de árvore brasileira para produção de medicamento para o exterior, com alegação falsa  
426 que era palmito. O Ministério Público (MP) entrou com processo e o juiz deu sentença de que  
427 ela tinha de assinar um contrato, termo de ajuste de conduta, submetendo ao CGEN a solicitação  
428 de acesso. O MP emitiu ordem judicial ao CGEN, que entendeu que o acesso ao  
429 desenvolvimento tecnológico do medicamento aconteceu antes da MP e que não era retroativa.  
430 O MP entendeu como descumprimento de uma determinação judicial e abriu processo contra os  
431 membros do CGEN e contra a Secretaria Executiva. Isto criou um ambiente de insegurança e a  
432 partir daí os processos foram sobrestados, ou seja, os processos de regularização ficaram  
433 parados. Isso foi resolvido com a publicação da Resolução 35 que regula a questão de como as  
434 Instituições que fizeram desenvolvimento tecnológico e colocaram produto no mercado sem  
435 autorização do CGEN podem se regularizar. Agora os processos que ficaram parados por dois  
436 ou três anos começaram novamente a tramitar. As melhorias virão à medida que forem  
437 compartilhadas conosco as necessidades e as dúvidas. Meu e-mail é eliana.fontes@mma.gov.br  
438 e do CGEN é cgen@mma.gov.br. Em seguida foram abertas as perguntas. **Vânia Rudge**  
439 **(Agricultura/Lab. Centroflora)** explanou suas dúvidas: i) a penalidade em cima do acesso,  
440 segundo um artigo da própria Resolução 35; ii) se as empresas têm se regularizado; iii) a  
441 repartição de benefício, segundo o artigo 34, que está vinculada ao acesso e não ao produto no  
442 mercado, o que gera insegurança jurídica para o setor industrial; iv) o risco de outra comunidade  
443 reclamar por ser detentora do CTA já autorizado para acesso; v) se o CGEN pretende propor  
444 tratamento diferenciado para conhecimento tradicional amplamente difundido na sociedade  
445 brasileira; vi) como é vista a questão da legislação de Nagoya? **Eliana Fontes**  
446 **(DPG/SBF/MMA)** explicou que em relação a Resolução 35 não há possibilidade de anistia das  
447 penalidades, porque não se pode desconsiderar a MP. O risco da empresa ser multada caso seja  
448 fiscalizada existe mesmo se a empresa não procurar o CGEN para se regularizar. É vantagem  
449 procurar o CGEN porque existe um Decreto de 2005 que determina que pode haver redução de  
450 90% no valor da multa. Muitos estão procurando o CGEN para se regularizar – existem quase  
451 300 processos na Secretaria Executiva para serem tramitados e deliberados. Com relação ao  
452 artigo 34, a MP trata em outros momentos que ela também se aplica ao uso comercial de  
453 produtos; o artigo 34 trata especificamente dos produtos que já estão no mercado. Porém, esse  
454 artigo precisa ser regulamentado. A CDB fala que a repartição tem que ser justa e equitativa.  
455 Mas o que significa isto? Uma percentagem justa para o compartilhamento com os Fundos para  
456 conservação da biodiversidade? para o desenvolvimento de C&T nessa área? desenvolvimento  
457 tecnológico para as indústrias nacionais? formação de capacitação? repartir os lucros que as  
458 empresas e instituições recebem com o uso de recursos genéticos? Outra questão é o  
459 conhecimento tradicional difuso, mesmo que não seja aquele obtido em literatura, mas que é  
460 compartilhado por diferentes comunidades, há milhares de anos. O que estamos fazendo neste

461 sentido é buscar parcerias, inclusive com o próprio setor produtivo, para contratar estudos,  
462 levantar o que existe sobre isso, compreender melhor esse cenário para então, propormos  
463 alternativas. Estamos estabelecendo parcerias também dentro do governo, com o Ministério do  
464 Planejamento, da Justiça, por exemplo. Sobre o Protocolo de Nagoya, o Itamaraty está se  
465 preparando para submeter ao Congresso Nacional, a aprovação do Protocolo. Assim que ele for  
466 assinado pelos 50 países, o Brasil poderá ratificá-lo, tornando-o lei. E desta forma, teremos que  
467 ajustar nossa legislação. O caminho é o novo projeto de lei, que está sendo trabalhado muito de  
468 perto com os Ministérios que mais divergiam de opinião nesse cenário – o da Agricultura e o de  
469 Ciência e Tecnologia. Estamos conversando também com Ministério da Saúde, Embrapa, INPI,  
470 MDIC, para voltarmos a trabalhar no PL que já será adequado a Nagoya. **Raimundo Taata**  
471 **Konmannanjy (Povos e Comunidades Tradicionais/Acbantu)** reclamou que o CGEN deixa  
472 os PCT invisíveis, porque não são chamados para debater a questão do patrimônio genético.  
473 **Eliana Fontes (DPG/SBF/MMA)** explicou que o CGEN é um órgão que só tem representação  
474 do governo e que a Secretaria Executiva considera que os Ministérios da Justiça, da Cultura, a  
475 FUNAI e a Fundação Palmares são representantes dos PCT. O MMA também se coloca nesse  
476 papel, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural que trabalha com as comunidades  
477 extrativistas. Estão tendo algumas iniciativas de diálogo com as comunidades, para conhecer  
478 suas necessidades e levá-las ao CGEN. **Ana Cecília Carvalho (Anvisa)** sugeriu a inclusão do  
479 setor empresarial nessa capitação, porque muitas indústrias alimentícias, cosméticas e  
480 farmacêuticas não entendem que estão subordinadas a legislação de acesso e não sabem do  
481 passivo que têm em mão. E ainda perguntou se o CNPq está credenciado para pesquisas que  
482 envolvam o acesso ao CTA. **Eliana Fontes (DPG/SBF/MMA)** comentou que estão avançando  
483 em duas parcerias com o IFC do Banco Mundial e o CEBDS, para fazer oficinas de diálogo com  
484 o setor empresarial. E que o CNPq optou por não ser credenciado para isso. Mas o IPHAN fez  
485 essa solicitação, a qual será apreciada na próxima reunião do CGEN. **Luiz Carlos Rebelatto**  
486 **dos Santos (MDA)** perguntou como funcionaria a lei para comunidades, agricultores familiares  
487 que desenvolveriam seus próprios produtos, colocando-os no mercado. **Eliana Fontes**  
488 **(DPG/SBF/MMA)** disse que um dos pontos mais difíceis da MP é onde fazer o corte. Que o  
489 CGEN emitiu a resolução 29 excluindo da MP os óleos essenciais e extratos que não tenham  
490 como objetivo o uso dos recursos genéticos, que sejam vendidos na forma bruta, *in natura*.  
491 Patrimônio genético é a informação de origem genética, ou de produtos oriundos dessa  
492 informação, como proteínas, enzimas, alcaloides. **Pedro Binsfeld (DECIIS/SCTIE/MS)** disse  
493 que como representante do MS no CGEN, juntamente com Katia e Ludmila, visa criar  
494 condições mais favoráveis para utilizar a biodiversidade em prol da saúde e que mesmo com a  
495 troca de membros no CGEN, não se tem conseguido um comportamento diferente, justamente  
496 porque o marco regulatório é muito árido. Há uma necessidade de se fazer um PL que  
497 contemple melhor aquilo que a sociedade brasileira realmente anseia no sentido de utilizar esse  
498 patrimônio. Terminou dizendo que estamos à disposição para partilhar ou receber contribuições  
499 e levá-las ao CGEN para ajudar a aprimorar o marco regulatório. **Zelita Rocha (SBF/MMA)**  
500 disse que outro problema que tem sido discutido com as comunidades é a remessa de amostras  
501 para o exterior, porque não se sabe como será utilizada lá fora. **Eliana Fontes**  
502 **(DPG/SBF/MMA)** respondeu que esperam que o Protocolo de Nagoya venha a regular de  
503 verdade essa remessa para o exterior e o seu uso. **Vânia Rudge (Agricultura/Lab.**  
504 **Centroflora)** comentou que com a troca de membros do CGEN também houve perda do  
505 conhecimento, o que se fez avançar em alguns pontos e regredir em outros. Ponderou que toda  
506 modificação de produto ou processo é considerada acesso para fins de desenvolvimento

507 tecnológico, porém na indústria de extratos se faz modificação de processo todos os dias. Foi  
508 por isso que foi publicada a Resolução 29. E quem trabalha com isso sabe que na prática não  
509 existe diferença entre bioprospecção, desenvolvimento tecnológico e pesquisa científica, porque  
510 não se para uma etapa para começar outra. E que isolar um ativo não será considerado acesso,  
511 somente quando for pesquisar algo em relação a essa molécula ou extrato. Vânia ainda deu o  
512 exemplo da pilocarpina que não cabe autorização do CGEN porque seu uso é muito anterior ao  
513 da legislação. **Ana Cecília Carvalho (Anvisa)** argumentou que nesse caso devemos fazer uma  
514 discussão maior, do que está registrado em trabalhos científicos, ou registrados na Anvisa há 20  
515 anos. **Katia Torres (SE/DAF/SCTIE/MS)** agradeceu, em nome do MS, a presença da Eliana  
516 Fontes e contou que esteve em 2008 no CGEN, antes de ser suplente, para apresentar o PNPMF.  
517 Ressaltou que este Programa, essa Política tem muita interface com esse assunto, que nos  
518 colocamos à disposição para ouvir e ser ouvidos, que as demandas do Comitê serão levadas ao  
519 CGEN e ainda, a importância da proximidade do CGEN com o Comitê e com o MS, em todos  
520 os momentos para discussão desse assunto, complexo e de difícil entendimento. **Eliana Fontes**  
521 **(DPG/SBF/MMA)** mais uma vez agradeceu a oportunidade de aprendizado e se colocou à  
522 disposição para futuras oportunidades de diálogo. Não havendo mais quórum para deliberações  
523 e como não houve tempo para apreciação do documento entregue pela Teolide, o MDA se  
524 dispôs a fazer a avaliação dos pontos colocados para encaminhar o documento para apreciação  
525 do Comitê. **V - Palavra aberta aos membros:** Ana Cecília Carvalho (Anvisa) solicitou que a  
526 Gerência de Inspeção da Anvisa seja chamada para essas reuniões. **VI - Encerramento dos**  
527 **trabalhos:** A reunião foi encerrada por volta de 18h.

Assinam a Ata da 5ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos

Ademir Valério Silva	_____
Alberto Jorge da Rocha Silva	_____
Ana Cecília Bezerra Carvalho	_____
Ana Lúcia Araújo	_____
Anny Margali Maciel Trentini	_____
Celerino Carriconde	_____
Daniella Vasconcelos	_____
Douglas Duarte Q. Rego	_____
Francisca Elizabete Ferreira de Oliveira	_____
Ivanildo Tajra Franzosi	_____
José Miguel do Nascimento Júnior	_____
Kamila Oazem	_____
Luciana de Oliveira Melo	_____
Luís Carlos Marques	_____
Luiz Carlos Rebelatto dos Santos	_____
Luiz Henrique Canto Pereira	_____

Márcia de Souza Pontes \_\_\_\_\_

Maria das Graças Pereira e Silva \_\_\_\_\_

Maria Jocicleide Lima de Aguiar \_\_\_\_\_

Noemi Margarida Krefta \_\_\_\_\_

Raimundo Taata Konmannanjy \_\_\_\_\_

Ricardo Tabach \_\_\_\_\_

Rosa Maria Peres Kornijezuk \_\_\_\_\_

Teolide Parizotto Turcatel \_\_\_\_\_

Valcler Rangel Fernandes \_\_\_\_\_

Vânia Vieira Cunha Rudge \_\_\_\_\_